COMISSÃO NACIONAL DO TERRIÓRIO ATA DA 7.º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 28 de setembro de 2021

Hora de início: 14h30m Hora de fim: 16h30m

Local: A reunião decorreu através de meios telemáticos

Esta reunião configura também uma reunião da Comissão Temática Agricultura, Ambiente e Florestas do Fórum Intersectorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT),

Estiveram presentes, pela CNT, os seguintes representantes das entidades:

- Fernanda do Carmo, Presidente da Comissão Nacional do Território (CNT);
- José Pacheco, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve);
- Maria Teresa Almeida, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT);
- Célia Ramos, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte);
- José Oliveira, Diretor Nacional de Prevenção e Gestão de Riscos, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- Rodrigo Dourado em representação da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA);

Não compareceram à reunião os representantes das seguintes entidades:

- Nuno Banza, Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.);
- Miguel Gomes, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Pimenta Machado, Vogal da Agência Portuguesa para o Ambiente (APA, I.P.);
- Eduardo Anselmo Castro, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro);
- Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo);

Estiveram presentes, pela Comissão Temática Agricultura, Ambiente e Florestas do Fórum Intersectorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), para além das entidades que integram a CNT, os representantes das seguintes entidades:

Ana Seixas (DGT);

- Teresa Álvares, APA, I.P.
- Teresa Leonardo, ICNF, I.P;
- Isabel Passeiro, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- Cristina Gomes, Região Autónoma da Madeira (RAM);
- Rui Monteiro, Região Autónoma dos Açores (RAA);
- João Carlos Verde, da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF);
- Rui Trindade, Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP);
- Fernanda Praça, Turismo de Portugal (TdP);

Estiveram ainda presentes os seguintes participantes convidados, sem direito a voto:

- Isabel Beja, Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território (SECNFOT);
- Maria Manuela Azevedo e Silva (SECNFOT);
- Margarida Cristóvão (SECNFOT);
- Joana Bustorff, APA, I.P.;
- Carla Santos, ICNF, I.P.;
- Carlos Mendes, ANEPC;
- Jorge Eusébio, CCDR Algarve;
- Lília Fidalgo, CCDR Alentejo;
- Rosa Onofre, CCDR Alentejo;
- Carlos Pina, CCDR LVT;
- Margarida Bento, CCDR Centro;
- Carla Velado, CCDR Centro;
- · Cristina Guimarães, CCDR Norte;
- Teresa Cunha, ANMP;
- Ana Sofia Rizzone, DGT;
- Cristina Garrett, DGT;
- · Fátima Bacharel, DGT;
- Isabel Pina, DGT;
- Marta Alvarenga, DGT;
- Marta Rodrigues, DGT;
- Rosário Gaspar, DGT

Ordem do dia

Ponto 1. Aprovação da ata da 28.ª Reunião Ordinária

Ponto 2. Programa de Transformação da Paisagem

A **Presidente** deu as boas vindas aos participantes. Informou que a reunião iria ser gravada para efeitos de elaboração da ata, gravação essa sujeita a eliminação após a respetiva aprovação. Informou ainda os presentes que a reunião seria essencialmente uma reunião informativa, referindo que, para além das entidades da CNT, foram ainda convocadas para a reunião, as entidades que integram a Comissão Temática Agricultura, Ambiente e Florestas do Fórum Intersectorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), designadamente a RAA, a RAM, a AGIF, a DGADR, o GPP, e o TdP.

A realização conjunta entre estas duas comissões justificou-se porque, tratando-se, essencialmente, de uma reunião informativa, há entidades que têm assento nas duas comissões, nomeadamente a CCDR, APA, ICNF, DGT.

Ponto 1. Aprovação da ata da 28.ª Reunião Ordinária

Marta Rodrigues, da DGT, referiu que após a circulação do projeto de Ata, foram recebidos contributos pontuais por parte da APA, ao nível da intervenção dos participantes deste organismo, e por parte da CPADA quanto a uma correção de pormenor.

A **Presidente** colocou à consideração dos membros da CNT a aprovação da ata da 28.ª Reunião Ordinária.

Não havendo mais propostas de alteração, a CNT aprovou por unanimidade a ata da 28.ª reunião.

Ponto 2. Programa de Transformação da Paisagem

A Presidente referiu que a reunião tinha como propósito fazer uma exposição dos trabalhos que se encontram em curso no âmbito da implementação do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho. Para apoio à exposição foi projetada uma apresentação (anexo 1). A Presidente referiu quais os fundamentos subjacentes à criação deste programa, desde logo a elevada proporção do território continental ocupada por povoamentos florestais e matos, espaços que em muitas situações não são alvo de uma gestão ativa. Referiu que esta realidade, associada às condições socioeconómicas destes territórios foi desde logo identificada no PNPOT, o qual considerou que estes territórios deveriam ser objeto de medidas específicas. Neste contexto, o PNPOT veio a assumir compromissos, identificando nomeadamente a necessidade de remunerar os serviços prestados pelo capital natural. Destacou também, no contexto da criação do PTP, a importância do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR), como outro instrumento enquadrador. Acrescentou que previamente à definição do âmbito do PTP, houve a preocupação de considerar um conjunto de elementos, com destaque para a Carta de Perigosidade, o que levou à identificação dos territórios vulneráveis da floresta, para os quais são dirigidas as medidas do Programa de Transformação da Paisagem.

Passou a apresentar a visão do PTP, dando informação sobre este programa e identificando as suas quatro medidas programáticas: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP); Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP); Condomínios de Aldeia e Emparcelar para Ordenar. Destacou a natureza dos PRGP enquanto instrumentos decisivos para o planeamento no espaço rural e ferramenta de apoio ao ordenamento do território de âmbito municipal e regional, que poderá estabelecer a ponte entre os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e os Planos Diretores Municipais (PDM), sublinhando que, ainda que estes Programas possam apoiar o planeamento, são efetivamente instrumentos de gestão. Referiu que está prevista a aprovação de mais dezanove PRGP até 2024, para além do já aprovado, os quais darão diretrizes e poderão ser replicados para territórios mais vastos. Fez uma breve exposição sobre as modalidades de financiamento destas medidas e passou a palavra às demais representantes da DGT que apresentaram em detalhe as medidas programáticas do PTP.

Fátima Bacharel, da DGT, apresentou o ponto de situação dos trabalhos em curso no que respeita à medida programática PRGP, a sua programação para os próximos anos e o potencial que esta medida representa para a reorganização da paisagem rural, tendo os territórios da floresta como referenciais para uma nova economia. Exposto o conteúdo dos PRGP e as suas fases de implementação, a representante da DGT destacou a importância do envolvimento das diferentes entidades da CNT e da Comissão Temática Agricultura, Ambiente e Florestas do Fórum Intersectorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), na elaboração e acompanhamento destes programas. Referiu que as entidades com responsabilidades ambientais específicas serão chamadas a participar, em novembro de 2021, para se pronunciarem sobre os fatores críticos de decisão e no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e que, em fevereiro de 2022, haverá outro momento formal de participação, no qual as CCDR e demais entidades representativas dos interesses a ponderar deverão pronunciar-se sobre a proposta de programa.

A **Presidente** referiu que, sem prejuízo dos referidos momentos de participação formal, estão previstas diversas iniciativas para assegurar um maior envolvimento por parte destas entidades, onde se incluem reuniões com as câmaras municipais e com as equipas técnicas em diferentes momentos do processo, através de sessões de trabalho. Destacou que a elaboração dos PRGP, onde se prevê o envolvimento de uma grande parte das equipas de planeamento que operam em Portugal, é uma oportunidade ímpar de capacitação conjunta para a evolução dos processos de elaboração dos instrumentos de ordenamento do território.

Célia Ramos, da CCDR Norte, destacou a importância destes novos instrumentos dirigidos ao espaço rural, identificando os outros IGT e políticas setoriais com os quais há que assegurar articulação, destacando ainda a importância de garantir que as soluções que venham a ser previstas possam ser apoiadas pelos programas de financiamentos em vigor. Referiu a importância de garantir que os processos, diretrizes e soluções dos PRGP dirigidos aos vinte territórios selecionados possam servir de referência e inspiração para territórios mais vastos.

Ana Seixas, da DGT, apresentou o cronograma de elaboração dos PRGP, no qual está prevista, para além do PRGP "Pinhal Interior Sul" cuja elaboração se encontra em curso pelo ICNF, a elaboração de dezoito PRGP ao longo dos próximos três anos. Passou a apresentar sumariamente o PRGP das Serras de Monchique e Silves, o 1º programa preparado no âmbito do PTP, e a forma como a remuneração associada aos serviços dos ecossistemas pode impulsionar o processo de planeamento e gestão do território, prevendo um modelo de transformação da paisagem que assegure produtividade e rentabilidade mas que simultaneamente assegure a proteção contra os incêndios florestais. Referiu que a experiência adquirida no contexto da elaboração deste programa permitiu identificar aspetos e procedimentos a melhorar nos próximos PRGP e que por se tratar de um novo instrumento de planeamento haverá muito a aperfeiçoar. Por último, apresentou, sumariamente, a medida Condomínio de Aldeia, que visa a implementação de ações destinadas a assegurar a alteração do uso e ocupação do solo e a gestão de materiais combustíveis em redor dos aglomerados populacionais, e a medida Emparcelar para Ordenar, medida gerida pela DGADR que pretende fomentar o aumento da dimensão física dos prédios rústicos, apoiando uma solução de encontro entre investidores e proprietários que assegure a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações. A respeito da medida Condomínio de Aldeia referiu que a DGT, no âmbito de uma candidatura POSEUR e em conjunto com o Instituto Superior de Agronomia e o ICNF, produziu cartografia associada à interface urbano rural, que já está disponível para consulta e que será atualizada anualmente em paralelo com atualização da Carta de Ocupação do Sol. Trata de um instrumento muito relevante para apoio ao planeamento e implementação desta medida programática do PTP.

Marta Alvarenga, da DGT, passou a apresentar a medida AIGP, tendo abordado os aspetos relativos ao âmbito desta medida, seus destinatários, forma de concretização, modelo de financiamento, intervenientes e envolvimento dos municípios. Explicou ainda o procedimento para constituição das AIGP e a forma de seleção das propostas submetidas, tendo referido quais os critérios de seleção. Adiantou que presentemente já se encontram constituídas quarenta e sete AIGP, sublinhado que se encontram em análise as candidaturas apresentadas numa segunda fase de receção de propostas, sendo uma medida que teve mais adesão do que o que era inicialmente expectável. Concluiu apresentando a linha do tempo prevista para a concretização desta medida programática.

Marta Rodrigues, da DGT, apresentou a informação disponível no site da DGT sobre o Programa de Transformação da Paisagem e as respetivas medidas, tendo referido que a informação vai sendo atualizada à medida da evolução da execução deste programa.

Concluída a apresentação a **Presidente** agradeceu a presença de todos e, dirigindo-se apenas aos membros da CNT, recordou que o secretariado técnico da Comissão havia remetido no dia anterior

à reunião um pedido para que as entidades se pronunciassem, no âmbito dos trabalhos conducentes à alteração da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, quanto à solução para garantir a emissão de parecer em áreas de REN que são simultaneamente Domínio Hídrico (DH), tendo solicitado que os contributos/entendimento das entidades fossem remetidos até ao dia 4 de outubro.

A Presidente da Comissão Nacional do Território

Fernanda do Carmo

A Secretária da Comissão Nacional do Território (em substituição)

Célia Ramos



Comissão Nacional do Território 7º Reunião Extraordinária

com a participação

Comissão Temática Ambiente, Agricultura e Florestas do Fórum Intersectorial do PNPOT

28-09-2021



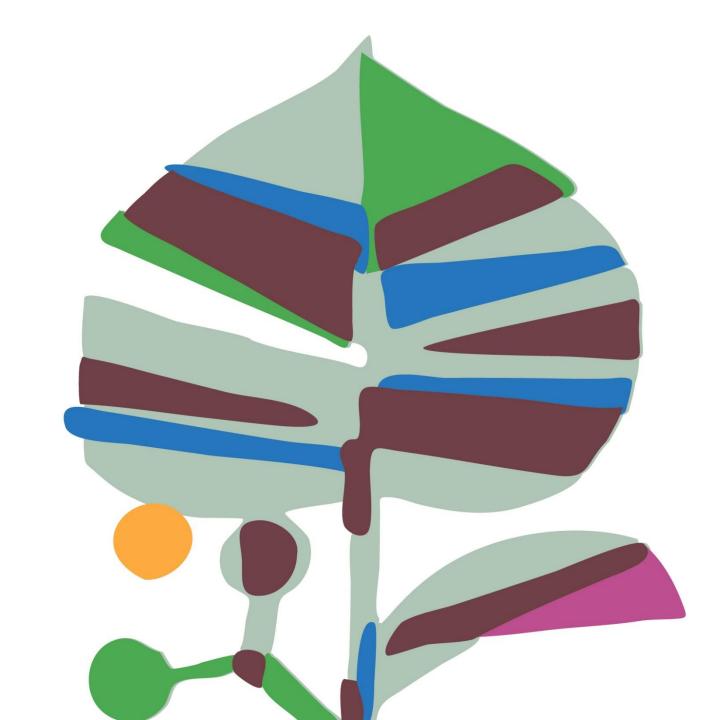
Ordem do dia

Ponto 1. Aprovação da ata da 28ª Reunião Ordinária

Ponto 2. Programa de Transformação da Paisagem (PTP)

OtP

Programa de Transformação da Paisagem





92% do território apresenta uma ocupação de natureza agrícola, florestal e agroflorestal, 51% do território está afeto a floresta e matos (COS 2018)

31% do território com perigosidade de incêndio (classes 4 e 5) (ICNF, 2020)

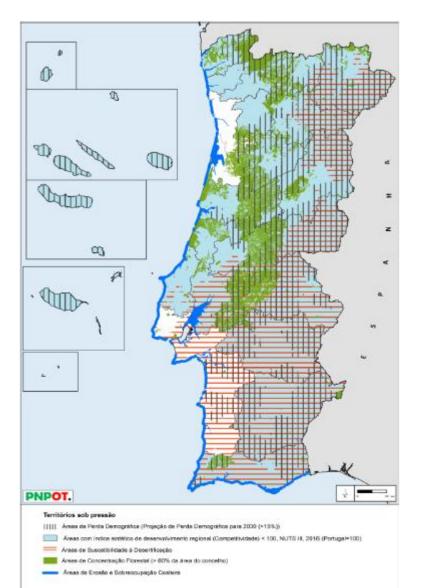




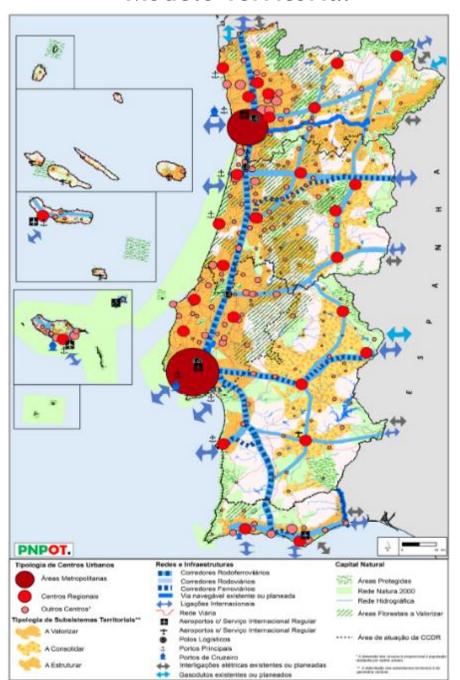
ESTRATÉGIA E MODELO TERRITORIAL

PNPOT.

Territórios sob pressão



Modelo Territorial





estratégia e agenda para o território



2 medidas de política para os territórios da floresta

Ordenar e revitalizar os territórios da floresta Valorizar o território através da paisagem

8 medidas de política para uma nova economia rural

Promover a competitividade da silvicultura
Reforçar a competitividade da agricultura
Dinamizar politicas ativas para o desenvolvimento rural
Afirmar os ativos estratégicos turísticos
Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial
Prevenir riscos e adaptar o território às alterações climáticas
Fortalecer as relações urbano-rurais
Dinamizar as articulações interurbanas e os sistemas territoriais



estratégia e agenda para o território



6 compromissos de política

Adaptar os territórios e gerar resiliência

Remunerar os serviços prestados pelo capital natural

Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação

Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura de território

Integrar nos IGT abordagens de sustentabilidade

Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos

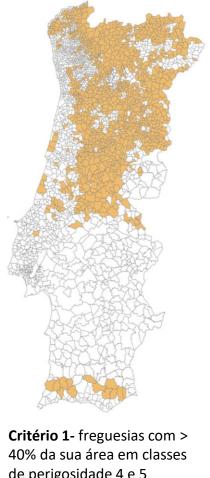
ptP

A QUE TERRITÓRIOS SE APLICA?

TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS



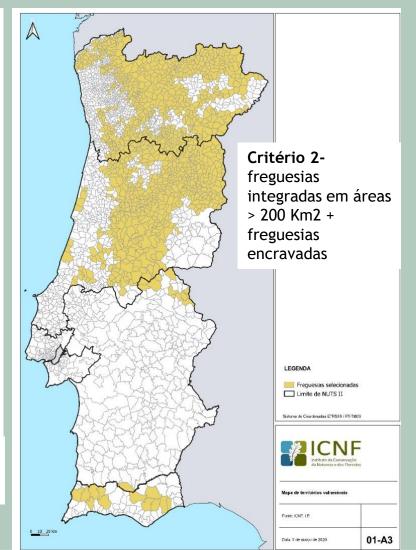




de perigosidade 4 e 5

Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem.

Portaria n.º 301/2020 de 24 de dezembro Aprova a delimitação dos territórios vulneráveis com base nos critérios fixados





Visão

Os territórios da floresta como referencial de uma nova economia dos territórios rurais de baixa densidade, que valoriza o capital natural e a aptidão dos solos, que promove a resiliência do território e que assegura maiores rendimentos, através de processos participados e colaborativos e de base local e da capacitação de atores e instituições



OBJETIVOS DO PTP

- Potenciar as aptidões biofísicas do território
- Remunerar os serviços dos ecossistemas, valorizando o capital natural
- Aumentar a resiliência em cenário de alterações climáticas
- Aumentar as interfaces / mosaicos de ocupação do solo
- Incrementar o valor social e económico dos territórios florestais
- Incentivar os produtores a melhorar a gestão das suas explorações
- Promover a gestão agregada de pequenas propriedades
- Ordenar o território e gerir a paisagem



MEDIDAS PROGRAMATICAS DO PTP











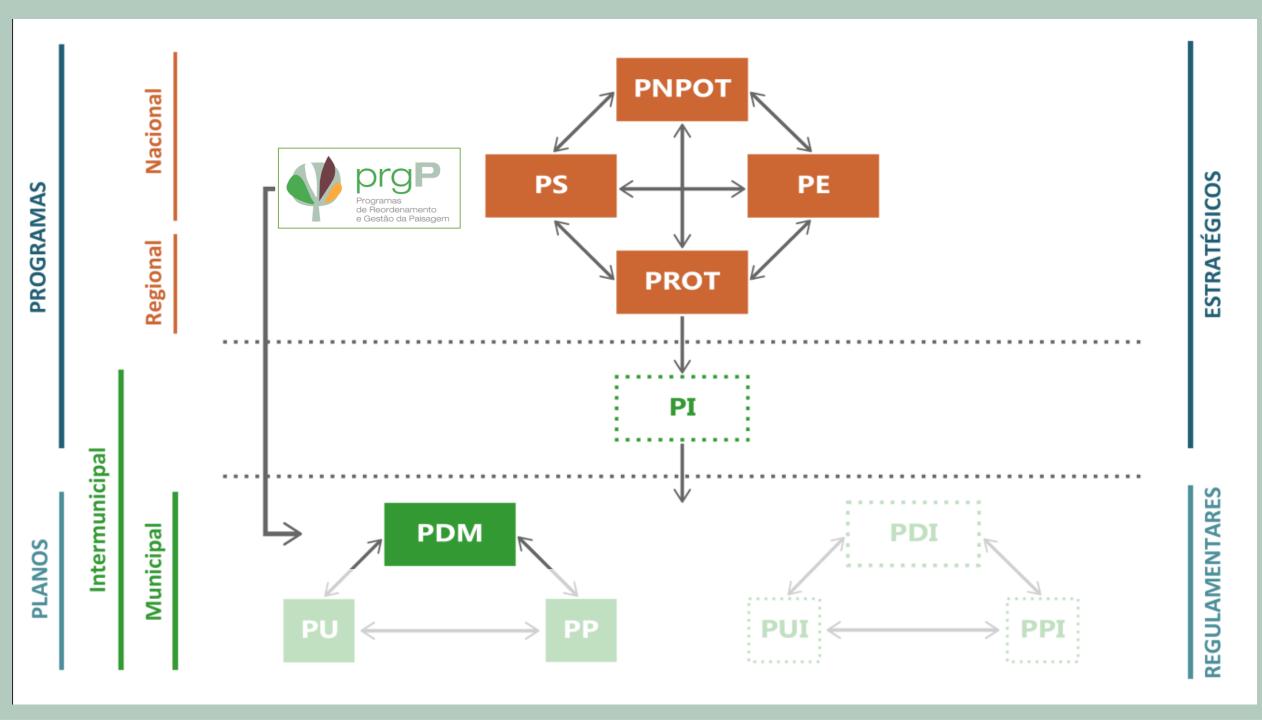


Medidas de estímulo ao investimento privado

Financiamento modalidade Multifundos PDR, FA, FFP

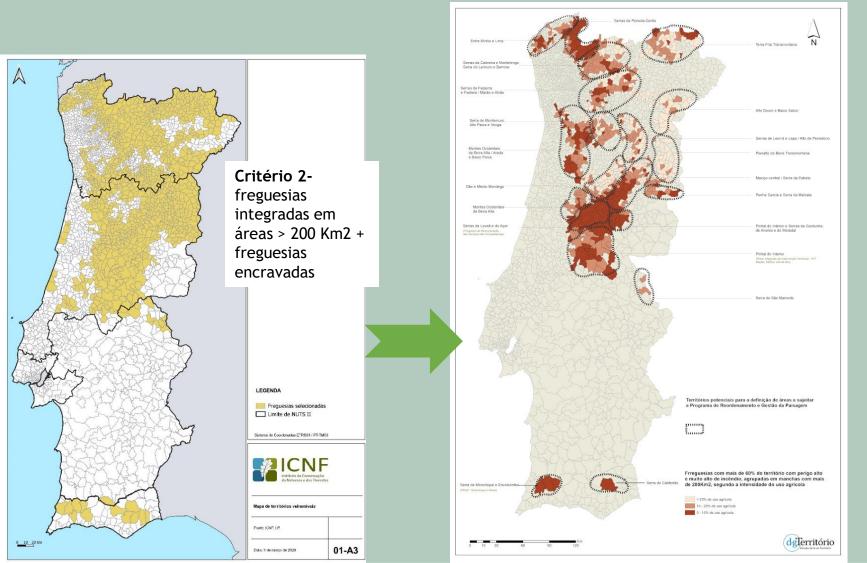
•••

- Apoios às ações de investimento
- ✓ Apoios à manutenção e gestão
- ✓ remuneração dos serviços dos ecossistemas





Que territórios que serão objeto de PRGP?



123 Municípios

666 Freguesias (1, 9 M ha)

20 PRGP até 2025

Área com PRGP em 2020 43.000 ha

Área de cada PRGP cerca de 40.000 ha

Org

Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem





O QUE SÃO OS PRGP?

São Programas Setoriais Territoriais

Estabelecem o desenho para uma nova PAISAGEM

São o referencial de uma nova economia dos territórios rurais



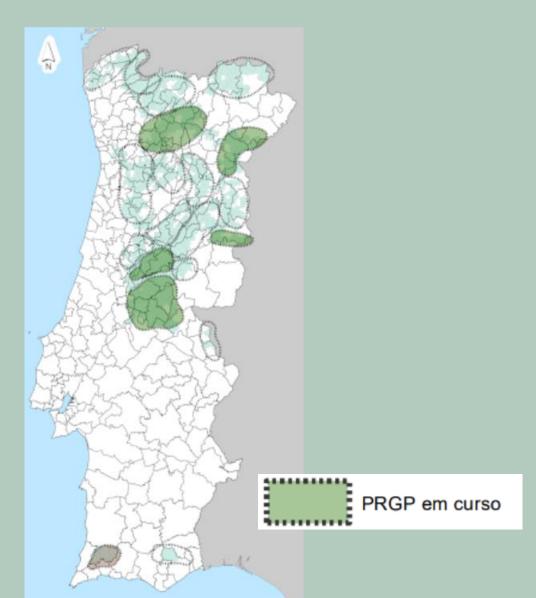
O que está a acontecer

Em vigor

 Serras de Monchique e Silves

Elaboração em curso

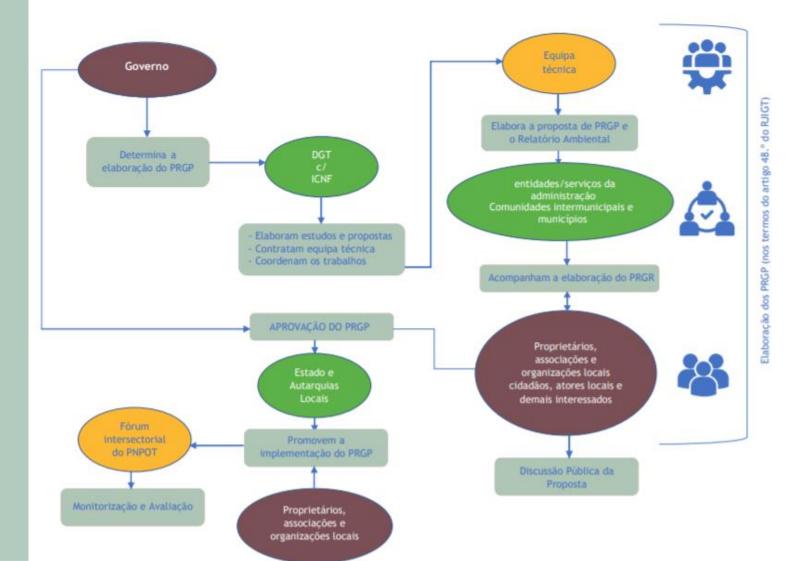
- Serras da Lousã e Açor
- Alto Douro e Baixo
 Sabor
- Serras do Marão, Alvão e Falperra
- Serra da Malcata
- Pinhal do Interior
 (Elaboração em curso pelo ICNF)







CICLO DE PLANEAMENTO DO PRGP





Qual o conteúdos destes Programas?

- Desenho da paisagem: aptidão biofísica, valia social e económica de produtos, serviços dos ecossistemas, ecologia do fogo
- Matriz de transição e valorização da paisagem, com avaliação dos custos de reconversão, de manutenção e de oportunidade e remuneração dos serviços dos ecossistemas
- Diretrizes de planeamento e gestão territorial
- Áreas e ações prioritárias
- Programa de execução e governança
- Programa de monitorização e avaliação de resultados



DATA INÍCIO	2021				2022												
29/06/2021	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fev	ereiro		março	abril		maio		junho		
		30 a 3 6 a 10 13 a 17 20 a 24	27 a 1 4 a 8 11 a 15 18 a 22 25 a 29	1 a 5 8 a 12 15 a 19 22 a 26 29 a 3	6 a 10 13 a 17 20 a 24 27 a 31	3 a 7 10 a 14 17 a 21 24 a 28	31 a 4 7 a 11	14 a 18 21 a 25	28 a 4 7 a 11	14 a 18 21 a 25 28 a 1	4a8 11a15 18a	22 25 a 29 2 a	6 9a13	16 a 20 23 a 27	30 a 3 6 a 10 13 a	17 20 a 24 27	a 30
1 Fase			ase (Diagnóstico prospetivo / Fatore críticos seenho preliminar palsagem)	Entrega da Parecer das entidades (Artigo 47º do RIGT)			Entrega	Parecer das entidad	es (Artigo 48º do	Concertação	l						
3ª fase				Preparação dos elementos da	3º fase (Versão final Fatores Críticos / I	Proposta de PROP / Relatorio Ambienta	3º fase	RUIG	ŋ	Preparação dos elementos	da 4ª fase (Nova	verificação do	5				
4ª fase										versão da proposta PRGP ; Relatório Ambiental / Do suporte à Discussã	/ Nova versão do cumentação de 6-	elementos pe	la Publicitaç	Discussão (publica		
5ª fase														DP / Vers	o dos elementos 5ª fa: ão final do PRGP / Ver a de Declaração Ambie dados geográfica)	são Final RA / Entr	rega 5ª lase
Sessões Institucionais / públicas			MAAC					1 por PRGP?				part	Sessões kipativas por PRGP				

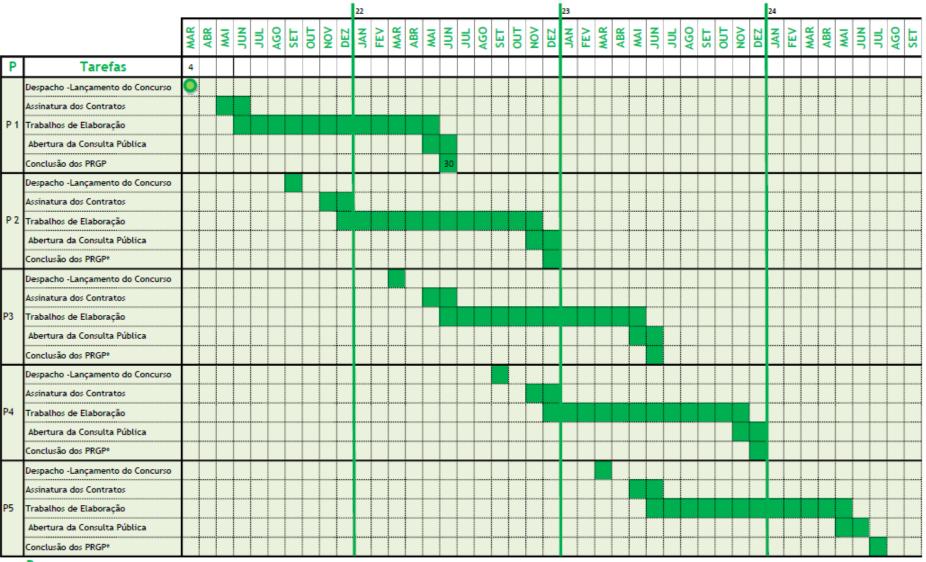
Org

Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem

PROGRAMAÇÃO







P - Pacotes de PRGP lançados a concurso P1 - PRGP

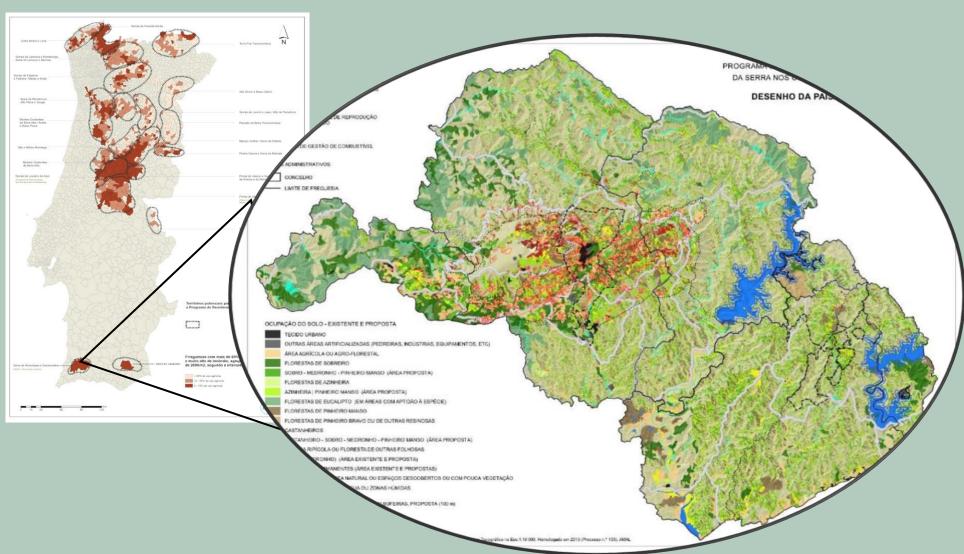
P1 - PRGP Serras da Lousã e Açor | PRGP Alto Douro e Baixo Sabor | PRGP Serras do Marão, Alvão e Falperra | PRGP Serra da Malcata

^{*} Produção da versão final e entrega para publicação



Programa de reordenamento e gestão da paisagem das

Serras de Monchique e Silves





Programa de reordenamento e gestão da paisagem das Serras de Monchique e Silves

biofísica o aconselhe.

outras culturas associadas ao uso agrícola ou agro silvo pastoril,

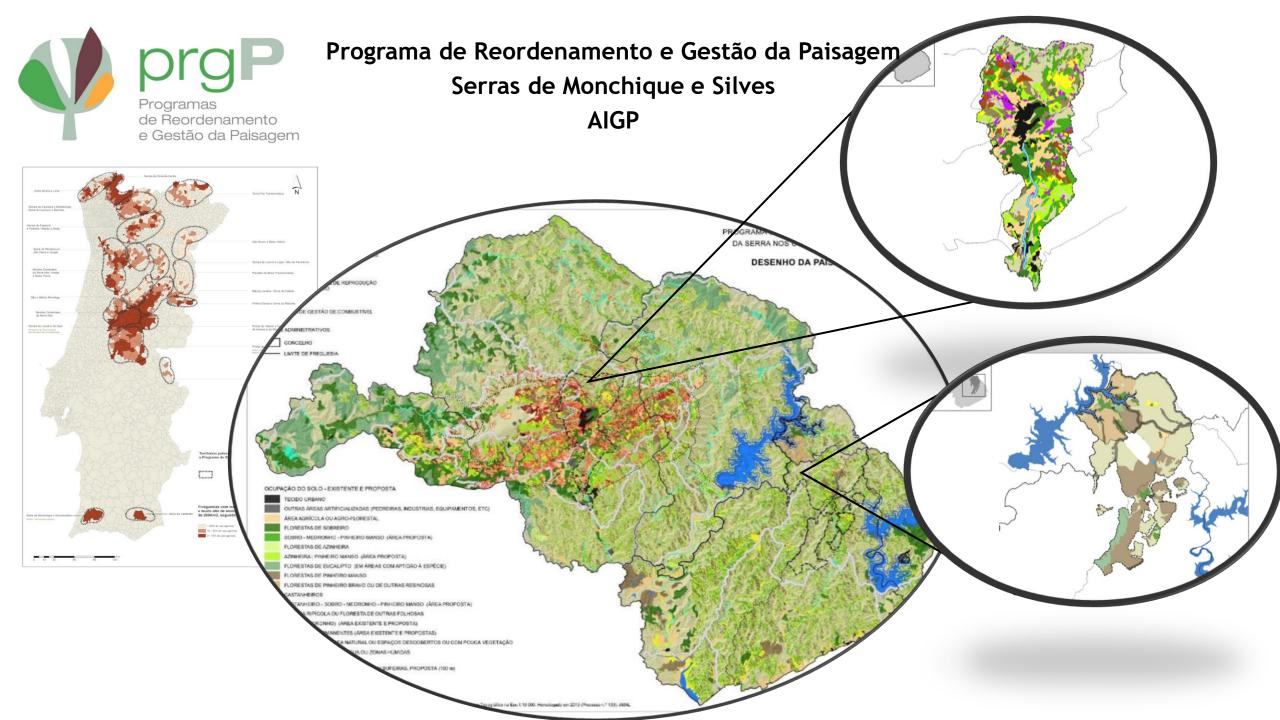
ECONOMIA LOCAL E REGIONAL APTIDÃO BIOFÍSICA DO TERRITÓRIO

RESILIÊNCIA
CLIMÁTICA E
MINIMIZAÇÃO
DE FOGOS
EXTREMOS

SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS, MÉTRICAS E REMUNERAÇÃO

Matriz de transformação

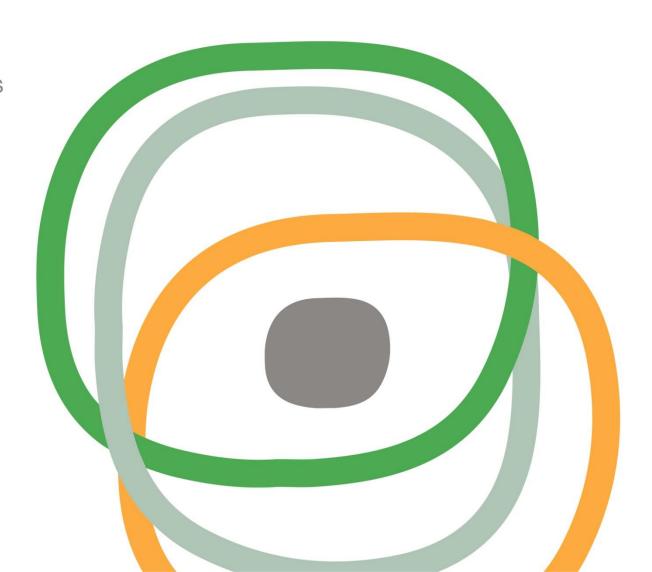
			Exposição de encostas								
			N	S	Е	0					
	> 25%				pamento monoespecífico ou em mosaico, prcíneas) ou Floresta de Conservação						
Declive]10% - 25%]*	Acima dos 500m de altitude	Castanheiro (em povoamento monoespecífico ou em mosaico, preferencialmente com Quercíneas) Quercíneas (preferencialmente Sobro) + Medronho + Pinheiro Manso	Quercíneas (preferencialmente Azinheira) + Pinheiro Manso	Pinheiro Manso (em povoamento monoespecífico ou em mosaico com Quercíneas)	Quercíneas (preferencialmente Sobro) + Medronho + Pinheiro Manso					
	<= 10%		Pastagens / Agricultura / Áreas abertas								
*	A indicação de especies não prejudica a possibilidade de instalação de: outras espécies de crescimento lento previlegiadas no PROF Algarve, sempre que a demonstração económica ou										





CONDOMÍNIO DE ALDEIA

Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios de floresta





Aldeias com futuro

O Programa Condomínios de Aldeia tem como objetivo dar apoio e resiliência às aldeias localizadas em territórios vulneráveis de floresta. O Programa apoia um conjunto de ações destinadas a assegurar a alteração do uso e ocupação do solo e a gestão de combustíveis em redor dos aglomerados populacionais.

Os condomínios de aldeia incentivam os proprietários a assumir a manutenção dos terrenos garantindo a sua limpeza e promovendo uma ocupação do solo geradora de rendimentos. Têm uma forte componente participativa e de envolvimento da comunidade local, em prol do desenvolvimento económico sustentável destes aglomerados populacionais.

Mais informação

Mais informação

Concursos terminados

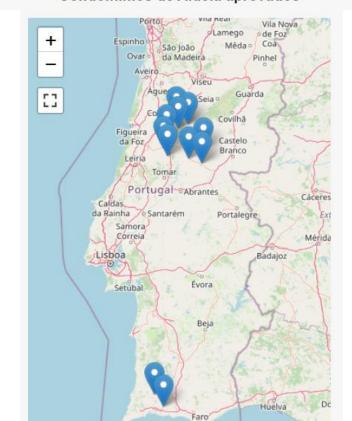
Aviso n.º 10673/2021 do Fundo Ambiental.

Consultar

Concursos a decorrer

Nenhum concurso a decorrer.

Condomínios de Aldeia aprovados





Condomínio de aldeia

O Programa de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta é um programa de proteção aos aglomerados localizados na interface urbano-florestal, através de ações de gestão, ordenamento e reconversão florestal para outros usos, de modo a maximizar a resiliência da população e a eficácia e eficiência da ação concertada quer para a defesa contra incêndios rurais, quer para a proteção de pessoas e bens.

Veja mais informações sobre este programa na página do Fundo Ambiental ...

A interface urbano-florestal direta tem uma extensão de 42.903,6 Km e representa 32% do perímetro edificado total

Áreas edificadas 2018



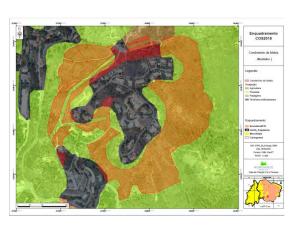
Residencial (>= 10 Edif)
Residencial disperso/ isolado
Não Residencial

Interface urbano-rural 2018



DiretaIndiretaNula

COS 2018



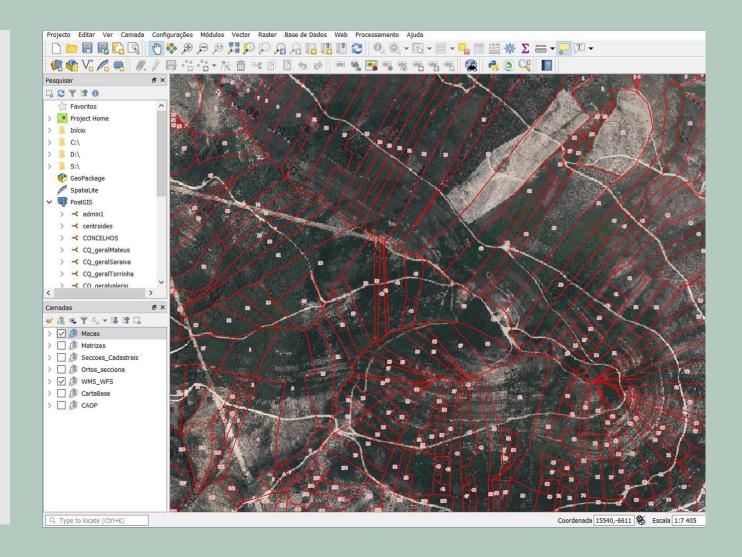
OEO

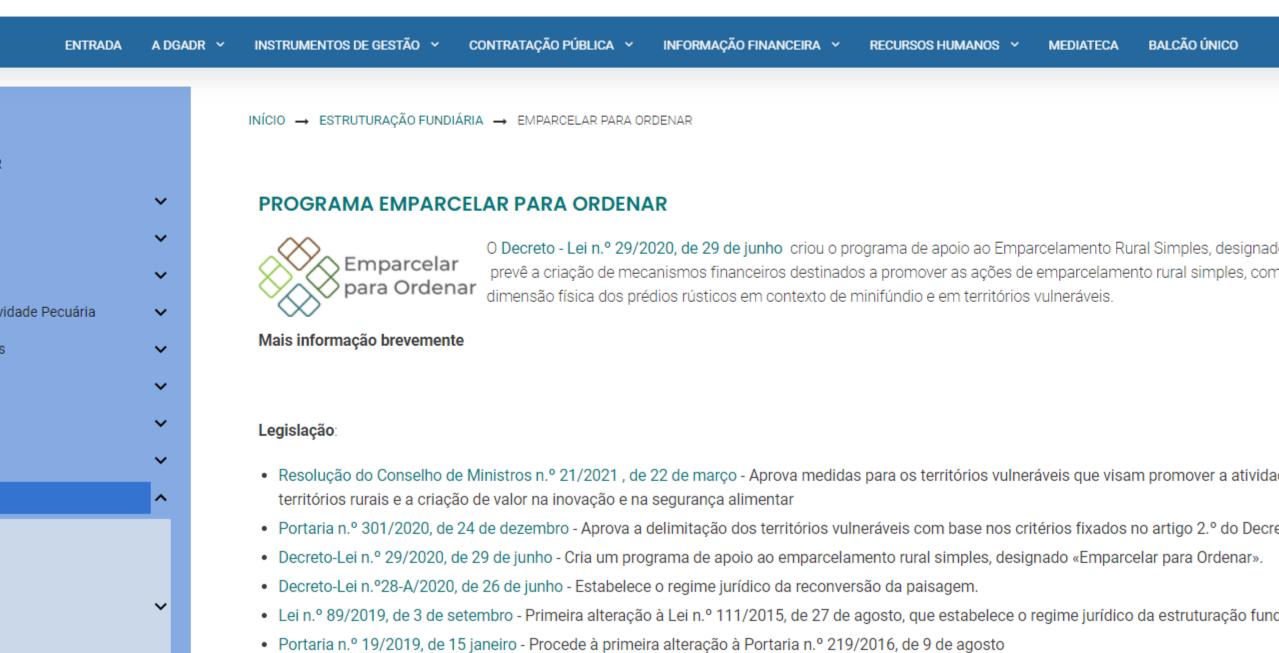
Programa
EMPARCELAR
PARA ORDENAR





Fomentar o aumento da dimensão física dos prédios rústicos em contexto de minifúndio e, assim, aumentar a viabilidade e sustentabilidade económica, social e ambiental.

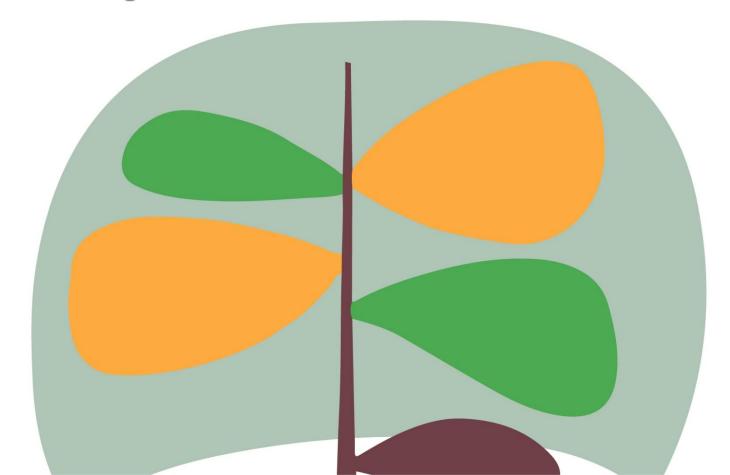




aigP oigP

Áreas Integradas de Gestão da Paisagem

Operações Integradas de Gestão da Paisagem







DESTINAM-SE

- A áreas florestais, agrícolas e silvo pastoris
- •Áreas com fatores críticos de perigo de incêndio e vulnerabilidade
- •Conjunto integrado de intervenções para reconversão e gestão de espaços florestais, agrícolas e silvo-pastoris

OBJETIVOS

- Maior resiliência ao fogo
- Melhorar os serviços dos ecossistemas
- Promover a adaptação às alterações climáticas
- Revitalizar social e economicamente território
- Iniciativa do Estado, autarquias locais, organizações de produtores florestais e agrícolas, cooperativas, associações locais, entidades gestoras de baldios ou organismos de investimento coletivo
- Beneficiam de apoio financeiro para capacitação, planeamento e gestão
 - Constituição da respetiva entidade gestora
 - Definição e execução de uma Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP)
 - Execução de operações de cadastro de suporte à OIGP (municípios)





AS AIGP CONCRETIZAM-SE

- Proposta enviada à DGT
- Emissão de parecer em articulação com ICNF
- Despacho de Membros do Governo

Ouvir os Municípios

A **OIGP** define, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconvenção de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar.

A proposta de OIGP é remetida pela entidade gestora à DGT, que emite parecer, ouvidos o ICNF, I. P., a CCDR e as autarquias locais respetivas, a DGADR e a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.,





ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE AIGP

- A Requisitos essenciais destinados a identificar as propostas que reúnem condições para assegurar os objetivos da medida programática AIGP do PTP, sendo a sua verificação condição de emissão de parecer favorável;
- RE1 a conformidade da proposta de AIGP com os requisitos legais;
- RE2 a orientação da proposta de AIGP para territórios de minifúndio;
- RE3 a viabilidade da proposta de AIGP.
- B Critérios de ordenação destinados a avaliar a prioridade das propostas de AIGP objeto de parecer favorável, de acordo com a adesão aos objetivos do PTP
- Critério 1 percentagem de área integrada em Unidade Homogénea com Plano de Reconversão e Gestão da Paisagem aprovado ou em curso;
- Critério 2 percentagem de área incluída em Zona de Intervenção Florestal;
- Critério 3 percentagem de área incluída em territórios de elevada ou muito elevada perigosidade de incêndio florestal;
- Critério 4 recorrência de incêndios florestais na área abrangida;
- Critério 5 dimensão média dos prédios abrangidos;
- Critério 6 extensão das interfaces diretas com áreas edificadas.





OS COMPROMISSOS

Grandes Números de compromisso da Administração

- Constituir 60 AIGP
- Investimento na ordem dos €
 3M
- Próximos anos até 2025
- Financiamento PRR

Grandes Números de compromisso das Autarquias e Entidades Gestoras

- Até 12 meses para apresentar a EG
- Até 18 meses para apresentar a OIGP (ou 12 meses depois de EG constituída)
- 24 meses até à integração de prédios na carta cadastral (em articulação com o Sistema de Informação Cadastral Simplificada)



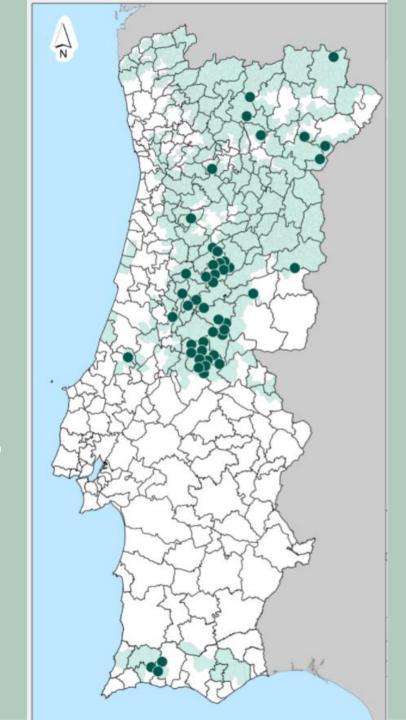
Grandes Números (até 8 de maio)
Submetidas 97 Propostas de AIGP

47 constituídas 48% aprovadas

Grandes Números (entre 8 de maio e 15 de setembro)

+ 129 Propostas de AIGP Submetidas De relevar o grande dinamismo dos atores locais.

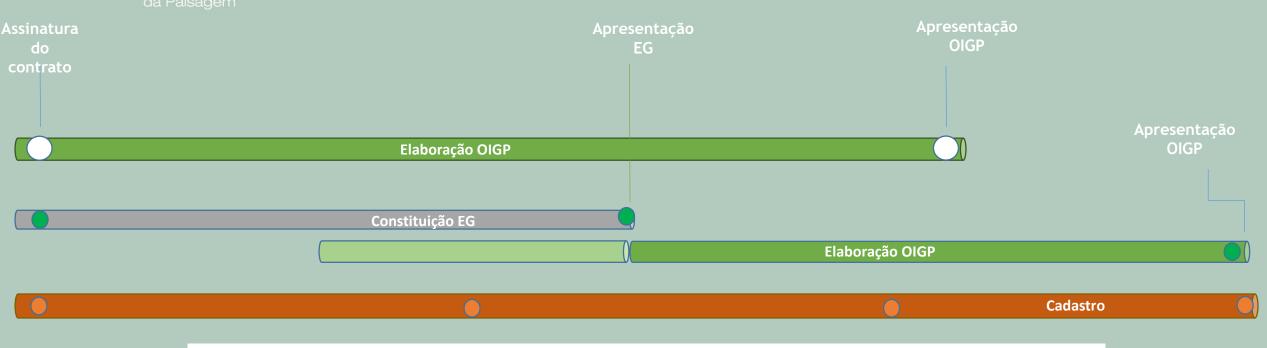
Despacho n.º 7109-A/2021, de 16 de julho







Linha do Tempo associada a contratos AIGP



- Om EG 18 meses apresentação OIGP
- Constituição EG (12 meses) e elaboração OIGP (12 meses)
- Cadastro- 24 meses

As "datas" das prestações são decididas pelas entidades mediante a apresentação da informação necessária, cumprindo os limites máximos.



https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp



A DGT ATIVIDADES SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DADOS ABERTOS LOJA CONTACTOS PPUE2021





Estratégia para uma intervenção integrada nos territórios da floresta

O Programa de Transformação da Paisagem (PTP) configura uma estratégia para os territórios vulneráveis da floresta com elevada perigosidade de incêndio.

A Estratégia do PTP assenta na seguinte Visão: Os territórios da floresta como referencial de uma nova economia dos territórios rurais de baixa densidade; que valoriza o capital natural e a aptidão dos solos; que promove a resiliência do território e que assegura maiores rendimentos, através de processos participados e colaborativos e de base local e da capacitação de atores e instituições. São também objetivos do PTP incentivar os produtores a melhorar a gestão das suas explorações e desenhar a paisagem desejável para dar resposta aos desafios das alterações climáticas.

Ler mais



PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

